

# HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

## RIO DO SUL - SC

### BALANÇO PATRIMONIAL

(Em Milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>124.419</b>		<b>140.979</b>	
Fornecedores	14	6.309		4.897	
Empréstimos e financiamentos	15	4.668		5.933	
Obrigações sociais e trabalhistas		4.118		3.308	
Obrigações tributárias	16	10.613		25.359	
Adiantamentos de clientes	8.2	95.979		96.741	
Outras contas a pagar		2.732		4.741	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>92.461</b>		<b>30.639</b>	
Empréstimos e financiamentos	15	45.918		13.969	
Impostos diferidos	18.1	4.266		4.292	
Dividendos a pagar	10	32.713		2.713	
Instrumentos financeiros		10		689	
Outras obrigações		6.361		7.015	
Provisões	17	3.193		1.961	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19</b>	<b>284.764</b>		<b>269.691</b>	
Capital social		92.000		92.000	
Reserva de capital		35.696		26.361	
Reserva de lucros		148.787		143.542	
Ajuste de avaliação patrimonial		8.281		7.788	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>501.644</b>		<b>441.309</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Milhares de Reais)

Receita operacional líquida	Notas	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>20</b>	<b>272.602</b>		<b>240.539</b>	
Custo dos produtos e serviços	21	(185.188)		(151.752)	
<b>Resultado bruto</b>		<b>87.414</b>		<b>88.787</b>	
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>		<b>(18.380)</b>		<b>(21.351)</b>	
Despesas com vendas	21	(9.001)		(7.914)	
Despesas gerais e administrativas	21	(19.148)		(16.265)	
Equivalência patrimonial	11.c	(83)		(89)	
Outras receitas (despesas) operacionais	21	9.852		2.917	
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>		<b>69.034</b>		<b>67.436</b>	
Receitas financeiras	22	16.351		14.909	
Despesas financeiras	22	(5.276)		(4.988)	
		<b>11.075</b>		<b>9.921</b>	
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>80.109</b>		<b>77.358</b>	
IRPJ e CSLL - Corrente	18.2	(21.591)		(24.704)	
IRPJ e CSLL - Diferido	18.2	234		174	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.752</b>		<b>52.827</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em Milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>58.752</b>		<b>52.827</b>	
Realização do custo atribuído - depreciação	(77)		(352)	
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído	26		120	
Ganho/perda instrumentos de hedge	-		(127)	
Ganho/perda aplicações financeiras variáveis	824		(859)	
Impostos diferidos sobre outros resultados abrangentes	(280)		268	
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>59.245</b>		<b>51.877</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Milhares de Reais)

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Resultado do exercício	Total
	Subvenção Investimento	Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	6.000	26.361	8.738	1.200	157.209	18.504
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.827	52.827
Carteira instrumentos de hedge	-	-	(127)	-	-	(127)
Ganho/perda aplicações financeiras variáveis	-	-	(859)	-	-	(859)
Realização custo atribuído	-	-	(352)	-	-	(352)
Impostos diferidos s/ outros resultados abrangentes	-	-	388	-	-	388
Aumento de capital social	86.000	-	-	(86.000)	-	-
Reserva legal	-	-	-	2.642	-	(2.642)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	12.546	(12.546)
Lucro à disposição da AGO	-	-	-	55.713	(18.074)	(37.639)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(430)	(430)
Em 31 de dezembro de 2024	92.000	26.361	7.788	3.842	127.154	269.691
Ajuste de reserva	-	9.335	-	(9.335)	-	-
Deliberação pagos	-	-	-	12.073	(12.546)	(473)
Dividendos adicionais	-	-	-	(30.000)	(13.750)	(43.750)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.752	58.752
Perdas com aplicações financeiras variáveis	-	-	824	-	77	824
Realização custo atribuído	-	-	(77)	-	-	-
Impostos diferidos s/ outros resultados abrangentes	-	-	(254)	(26)	-	(280)
Reserva legal	-	-	-	2.937	-	(2.937)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	13.954	(13.954)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	41.861	-	(41.861)
Em 31 de dezembro de 2025	92.000	35.696	8.281	6.779	141.804	284.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Milhares de Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>58.752</b>		<b>52.827</b>	
Ajustado Por:				
Depreciação e amortização	4.758		11.867	
Impostos diferidos	(234)		(174)	
Baixa imobilizado e intangível	1.276		405	
Provisão para devedores duvidosos	60		53	
Equivalência patrimonial	83		89	
Provisões	1.232		(531)	
Juros incorridos	2.897		3.026	
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>	<b>12.484</b>		<b>(34.464)</b>	
Redução (aumento) em contas a receber	(17.264)		5.022	
Redução (aumento) nos estoques	(2.905)		1.928	
Redução (aumento) em impostos a recuperar	12.120		(10.738)	
Redução (aumento) nos adiantamentos	(39)		(65)	
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	336		(216)	
Aumento (redução) de fornecedores	1.412		1.249	
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	810		(554)	
Aumento (redução) em obrigações tributárias	15.173		28.322	
Aumento (redução) nos adiantamentos de Clientes	(762)		11.432	
Aumento (redução) de outras obrigações	(2.662)		10.420	
<b>Juros recebidos</b>	<b>207</b>		<b>405</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>(29.919)</b>		<b>(21.047)</b>	
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>57.815</b>		<b>59.256</b>	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Varição nas aplicações financeiras e instrumentos financeiros	(9.965)		(963)	
Aquisição de imobilizado	(30.500)		(52.652)	
Venda de imobilizado	967		-	
Aquisição de intangível	(5.679)		(4.683)	
Propriedade para investimento	(485)		-	
Adiantamento para futuro aumento de capital - Controladas	(36)		(900)	
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(45.698)</b>		<b>(59.198)</b>	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Dividendos pagos	(14.223)		(82)	
Captação de financiamentos	35.000		-	
Pagamento de principal empréstimos e financiamento	(6.113)		(6.371)	
Pagamento de juros empréstimos e financiamento	(1.100)		(1.601)	
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos</b>	<b>13.564</b>		<b>(8.054)</b>	
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>25.681</b>		<b>(7.996)</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>112.713</b>		<b>120.709</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>138.394</b>		<b>112.713</b>	

(\*) Reclassificação para adequar a divulgação de acordo com o CPC 03 (R2).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025  
(Em Milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ("HERGEN" ou "Companhia") está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.141.507/0001-92, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230004103. Está sediada na cidade de Rio do Sul (SC), Rua Leopoldo Kurth, nº 1.104, Bairro Rainha, CEP 89162-036.

Iniciou as suas atividades em 18 de julho de 1975. A sociedade tem por objetivo o ramo de fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios.

A Empresa possui uma filial que está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 83.141.507/0002-73, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 42900425134. Está sediada na cidade de Rio do Sul (SC), Rua Arnoldo Hofmann, nº 35, Bairro Rainha, CEP 89162-028, com início das atividades em 04 de fevereiro de 1997.

As demonstrações financeiras da HERGEN S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 13 de março de 2026.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1 Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

##### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

##### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

##### 2.4 Declaração de Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais, e as principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas a seguir.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 3.1 Reconhecimento da Receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- foi transferido ao comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- é provável que benefícios econômicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

A Companhia conclui, de modo geral, que ela é o "principal" em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita operacional da fabricação das máquinas e equipamentos é reconhecida no momento em que os produtos estão prontos e embarcados na planta de produção, pois os produtos da Companhia são fabricados por encomenda, altamente customizados e sem previsão contratual de devoluções. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a

instalação/entrega técnica e treinamento são materiais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Produtos plug and play: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos como adiantamento de clientes.

##### Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguarção de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

##### Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos.

##### 3.2 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O Imposto de Renda é calculado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a Contribuição Social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

##### 3.3 Instrumentos Financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros		
Caixa e Equivalentes de caixa		Custo Amortizado
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras variáveis	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo Amortizado
Contas a receber de clientes		Custo Amortizado
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores		Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos		Custo Amortizado
Adiantamento de clientes		Custo Amortizado
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	

##### Ativos financeiros

###### (a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

###### (b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

###### (c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

###### (d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

###### (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

### 3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.5 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização. A Companhia contabiliza provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### 3.5 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de fabricação e as despesas com vendas.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### 3.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis dos itens do imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3.7 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

### 3.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, sendo as de longo prazo, ajustadas a valor presente.

### 3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo da operação, ou seja, o valor presente a pagar a instituição financeira e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor dos pagamentos é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

### 3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação na data das demonstrações financeiras como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

### 3.11 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia;
- definição da vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis.

### 3.12 Conversão de moeda estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

### 3.13 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo concedente e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis ao benefício.

Em 2025 e 2024, possui o benefício fiscal concedido pelo Estado de Santa Catarina, TTD 1072 crédito presumido concedido a estabelecimento industrial na aquisição e matéria-prima, classificados nos termos do Art. 18 do Anexo 2 do RICMS/SC -01. O benefício apurado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 18 (no período findo em 31/12/2024 foi de R\$ 20).

A companhia goza também do benefício fiscal concedido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a Lei do Bem (Lei 11.196/2005) benefícios fiscais para as empresas que realizem aporte em projetos de PD&I objetivando uma inovação tecnológica, concedendo o benefício da redução na alíquota de Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real. O benefício apurado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 4.101 (no período findo em 31/12/2024 foi de R\$ 2.709).

### 3.14 Reforma tributária sobre o valor agregado

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 (Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo). O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma.

### 3.15 Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir.

#### a. Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2025

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição da alteração	Data da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	As atualizações estabelecem a definição de moeda conversível e orientam sobre o tratamento contábil de moedas não conversíveis, determinando que a avaliação da conversibilidade deve ocorrer na data de mensuração, considerando o propósito da transação.	01/01/2025
CPC 18 (R3) e ICPC 09	A atualização do CPC 18 incorpora a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis, refletindo mudanças nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis no Brasil com as internacionais, sem impactos materiais na norma vigente, limitando-se a ajustes de redação e atualização de referências normativas.	01/01/2025
	Quanto a ICPC 09, que não possui correspondência direta com as normas do IASB, estava desatualizada e exigiu modificações para adequação à evolução das normativas posteriores à sua emissão, garantindo alinhamento com os documentos mais recentes do CPC.	

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

#### b. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com a coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos realizados em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	Ainda não definido
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2027
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI e condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.	01/01/2026

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

## 4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	Nível	Valor Contábil e Valor justo	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	138.394	112.713
Contas a receber	-	43.756	56.507
		<b>182.150</b>	<b>169.220</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Depósitos vinculados	1	11.007	115
		<b>11.007</b>	<b>115</b>
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Aplicações financeiras	2	-	782
		-	<b>782</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Fornecedores	-	6.309	4.897
Empréstimos e financiamentos	-	50.586	19.902
Adiantamento de clientes	-	95.979	96.741
		<b>152.874</b>	<b>121.540</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Instrumentos financeiros	1	10	689
		<b>10</b>	<b>689</b>

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. As estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de 3 níveis para o valor justo, sendo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos.  
Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços);  
Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor, pelo qual, o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

#### Fatores de risco financeiro:

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

**Riscos cambiais:** Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

**Riscos de encargos da dívida:** Estes riscos são oriundos da possibilidade de a Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de proteção contra sua volatilidade.

**Risco de crédito:** Advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial, financeira de seus clientes, estabelece um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa – Numeração em Espécie	157	221
Bancos Conta Movimento	122	14
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	138.115	112.478
	<b>138.394</b>	<b>112.713</b>

Todas as aplicações financeiras são de curto prazo e com alta liquidez, sendo que o total da carteira em 2025 está aplicado em renda fixa (em 2024, 99,86% estava aplicado em renda fixa e 0,14% estava atrelado a renda variável, apresentando risco insignificante de mudanças de valor pelo seu alto índice de liquidez).

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes Mercado Nacional	48.214	59.713
Clientes Mercado Externo	519	1.711
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.977)	(4.917)
	<b>43.756</b>	<b>56.507</b>

Os valores a receber por faixa de vencimentos são apresentados como segue:

Aging list		
A vencer	29.611	49.798
Vencidos até 90 dias	12.787	34.310
Vencidos de 180 dias a 360 dias	430	322
Vencidos acima de 360 dias	5.905	6.994
	<b>48.733</b>	<b>61.424</b>

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente. A Administração acompanha todos os títulos e a situação individual dos seus clientes, assim como a qualidade do crédito concedido. Quando o resultado destas avaliações pressupõe riscos de realização dos créditos, são efetuadas negociações para acompanhamento dos prazos junto a esses clientes.

Com base nessas avaliações, a Administração entende que os valores provisionados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são suficientes para cobrir as possíveis perdas com inadimplência.

Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Reais	43.237	54.796
Dólares	519	1.711
	<b>43.756</b>	<b>56.507</b>

Contas a receber dos clientes do mercado externo	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Receber em Milhares de US\$	94	276
Dólar Fechamento do Período	5,50	6,19
Total a receber conversão Dólar x Real no período	<b>519</b>	<b>1.711</b>

## 7. ESTOQUES

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria Prima	7.799	34.756
Material de Secundário/consumo	3.263	3.216
Produtos Acabados	72.299	34.501
Produtos em Elaboração	32.656	26.646
Estoque em Trânsito	430	71
Produtos em Poder de Terceiros	14	7
	<b>116.461</b>	<b>99.197</b>

## 8. ADIANTAMENTOS

### 8.1 Adiantamentos (ativo)

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Funcionários	494	229
Adiantamento a Fornecedores Mercado Interno	1.196	6.855
Adiantamento a Fornecedores Mercado Externo	5.764	12.490
	<b>7.454</b>	<b>19.574</b>

### 8.2 Adiantamentos (passivo)

Os adiantamentos de clientes correspondem à valores recebidos antes da entrega dos produtos contratados e serão compensados em faturamentos futuros.

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Clientes Mercado Interno	41.892	92.703
Adiantamento de Clientes Mercado Externo	54.087	4.038
	<b>95.979</b>	<b>96.741</b>

## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Garantia de financiamento	10.875	-
Outros	132	115
	<b>11.007</b>	<b>115</b>

Cessão fiduciária das cotas de fundo de investimento como garantia de crédito bancário no valor de R\$ 35.000, com compromisso de exportação, junto ao BNDES.

## 10. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a distribuir	32.713	2.713
Total Não Circulante	<b>32.713</b>	<b>2.713</b>

## 11. INVESTIMENTOS

### a. Composição dos investimentos:

	31/12/2025	31/12/2024
Outros Investimentos	2	2
Investimentos em Coligada	1.712	1.759
Adiantamento para Propriedade para Investimento	485	-
Total de Investimentos	<b>2.199</b>	<b>1.761</b>

### b. Investimentos em coligadas:

Empresa	País	% de Participação	2025	2024
			Valor do Investimento	Valor do Investimento
Triplano Participações Ltda	Brasil	33,333%	1.712	1.759
Total de Investimento em coligadas			<b>1.712</b>	<b>1.759</b>

### c. Os investimentos da Companhia avaliados pela equivalência patrimonial são os seguintes em 31 de dezembro de 2025:

	2025		2024	
	Triplano Participações Ltda	Triplano Participações Ltda		
Patrimônio líquido	4.914	4.768		
Resultado do Exercício	(248)	(266)		
Participações no capital em %	33,33%	33,33%		
Equivalência patrimonial	<b>(83)</b>	<b>(89)</b>		
Investimento pela equivalência patrimonial	<b>1.712</b>	<b>1.759</b>		

### d. Movimentação dos Investimentos em Coligadas

	2025	2024
	<b>Saldo do investimento em coligadas no início do exercício</b>	<b>1.759</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(83)	(89)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	36	900
<b>Saldo do investimento em coligadas no final do exercício</b>	<b>1.712</b>	<b>1.759</b>

## 12. IMOBILIZADO

Tempo	Edificações	Equipamento de Produção	Veículos e
-------	-------------	-------------------------	------------

## 13. INTANGÍVEL

### a) Composição

	Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Amortização Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
				Valor líquido	Valor líquido
Marcas e Patentes	-	3	-	3	3
Programas de Computador	27%	4.434	(3.169)	1.112	1.112
Intangível em desenvolvimento	-	9.701	-	4.491	4.491
<b>Total</b>		<b>14.138</b>	<b>(3.169)</b>	<b>10.969</b>	<b>5.606</b>

### b) Mapa de movimentação

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2025
<b>Em serviço</b>						
Marcas e Patentes	3	-	-	-	-	3
Programas de Computador	1.112	469	-	-	(316)	1.265
<b>Em curso</b>						
Programas de Computador	4.491	5.210	-	-	-	9.701
<b>Total</b>	<b>5.606</b>	<b>5.679</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(316)</b>	<b>10.969</b>

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências <sup>(1)</sup>	Amortização	31/12/2024
<b>Em serviço</b>						
Marcas e Patentes	3	-	-	-	-	3
Programas de Computador	944	192	-	195	(219)	1.112
<b>Em curso</b>						
Programas de Computador	-	4.491	-	-	-	4.491
<b>Total</b>	<b>947</b>	<b>4.683</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>(219)</b>	<b>5.606</b>

<sup>(1)</sup> Transferências entre imobilizado e intangível após procedimentos de inventário e unificação de ativos.

## 14. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores mercado interno	6.309	4.826
Fornecedores mercado externo	-	71
<b>Total</b>	<b>6.309</b>	<b>4.897</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Modalidade	Indexador	Encargos médio	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil	Finame	-	6% a.a.	-	1
BRDE	INOVACRED	T.JLP	7% a.a.	2.092	3.924
BRDE	Finame	T.JLP	4,43% a.a.	-	1.409
BRDE	Promove Sul	T.JLP	5,50% a.a.	12.493	12.567
Itaú	Finame	-	6,45% a.a.	1.001	2.001
BNDES	EXIM Pré-Embarque	-	7,15% a.a.	35.000	-
<b>Total</b>				<b>50.586</b>	<b>19.902</b>
<b>Circulante</b>				<b>4.668</b>	<b>5.933</b>
<b>Não circulante</b>				<b>45.918</b>	<b>13.969</b>

As garantias oferecidas para a aquisição dos bens para o ativo imobilizado são avais, alienação fiduciária dos imóveis e depósitos vinculados (Nota 9).

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2025	2024
<b>No início do exercício</b>	<b>19.902</b>	<b>24.868</b>
Captação	35.000	-
Pagamento dos Juros	(1.100)	(1.601)
Pagamento do Principal	(6.113)	(6.371)
Juros Incorridos	2.897	3.006
<b>No fim do exercício</b>	<b>50.586</b>	<b>19.902</b>

### O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos segue abaixo:

Ano	Valor
2026	4.668
2027	10.642
2028	10.343
2029 - 2032	24.933
<b>Total</b>	<b>50.586</b>

## 16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a Recolher	230	1.001
COFINS a Recolher	1.112	4.622
IRPJ - Imposto de renda a recolher	3.862	9.591
CSLL - Contribuição Social a Recolher	939	3.034
ICMS a recolher	3.240	6.203
IRRF a recolher	539	440
Outras	691	468
<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>10.613</b>	<b>25.539</b>

## 17. PROVISÕES

### 17.1 PROVISÕES COM GARANTIAS

Foram constituídas provisões referentes as garantias de funcionamento e performance, baseados em obrigações contratuais ou legais.

	2025	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	2023
Provisão para garantias	3.063	1.232	-	1.831	1.543	(2.204)	2.492
<b>Total das Provisões com garantias</b>	<b>3.063</b>	<b>1.232</b>	<b>-</b>	<b>1.831</b>	<b>1.543</b>	<b>(2.204)</b>	<b>2.492</b>

### 17.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação dos consultores jurídicos.

#### a) Risco provável:

Natureza	31/12/2025	Adições	Reversões	31/12/2024
Trabalhista	130	-	-	130
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>130</b>

#### b) Risco possível:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	102	-
Cível	86	86
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>86</b>

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 18.1 IRPJ e CSLL Diferido

	31/12/2025			31/12/2024		
	Base ajuste financeiro	IRPJ - Aliquota 25%	CSLL - Aliquota 9%	Base ajuste financeiro	IRPJ - Aliquota 25%	CSLL - Aliquota 9%
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>						
Ganhos (Perdas) sobre Aplicações Financeiras	-	-	-	(824)	206	74
Ganhos (Perdas) Instrumentos de Hedge	10	2	1	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	60	15	5	(689)	172	62
Provisão para Garantia	3.063	766	276	(1.831)	458	165
Provisão para Contingência	130	33	11	(130)	33	12
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>3.263</b>	<b>816</b>	<b>293</b>	<b>(3.474)</b>	<b>869</b>	<b>313</b>
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>						
Custo Atribuído	12.547	3.137	1.129	12.624	(3.156)	(1.136)
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>15.810</b>	<b>3.953</b>	<b>1.422</b>	<b>12.624</b>	<b>(3.156)</b>	<b>(1.136)</b>

### 18.2 Apuração IRPJ e CSLL

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos Impostos	80.109	77.358
<b>IR/CSLL a alíquota nominal de 34%</b>	<b>(27.237)</b>	<b>(26.302)</b>
<b>Adições e exclusões permanentes</b>	<b>3.463</b>	<b>1.118</b>
Varição Cambial	(269)	(421)
Subvenções	1.394	921
Equivalência Patrimonial	(28)	(30)
Varição Monetária	75	138
Impostos recuperados	1.983	-
Outras Adições e Exclusões	328	510
<b>Adições e exclusões temporárias</b>	<b>2.417</b>	<b>654</b>
Varição Cambial	231	447
Provisão para Garantia	(419)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20)	-
Depreciação Societária	2.625	207
<b>IR/CSLL APURADO</b>	<b>(21.357)</b>	<b>(24.530)</b>
Tributos Correntes	(21.591)	(24.704)
Tributos Diferidos	234	174
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>27%</b>	<b>32%</b>

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 92.000 (R\$ 92.000 em 31 de dezembro de 2025 e 2024) divididos em 4.130.000.000 (quatro bilhões e cento e trinta milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 23/04/2024, a Companhia deliberou o aumento do capital social no valor de R\$ 86.000 por meio da retenção das reservas de lucro.

Em dezembro de 2025, foi registrada no Livro de Ações da Companhia a transferência da totalidade das ações pertencentes aos acionistas Fernanda Haverroth Purnhagen Spinelli, Horst Administradora de Bens S/A, Martin Andrew Purnhagen Macdonald e Raquel Purnhagen Macdonald, em virtude de contrato de permuta, para a sociedade Purpries Participações Ltda.

	31/12/2025		31/12/2024	
	% Ações	Quantidade Ações	Valor ações R\$	Valor ações R\$
Alfredo Ferrari	0,14%	5.811.764	129	129
Carlos Heinz Purnhagen	4,76%	196.623.945	4.380	4.380
Dorli Probst Purnhagen	2,62%	108.048.944	2.407	2.407
Fernanda Haverroth Purnhagen Spinelli	0,00%	-	-	11.607
Godula Hering Purnhagen	11,78%	486.522.158	10.838	10.838
Horst Administradora de Bens S/A	0,00%	-	-	25.310
Martin Andrew Purnhagen Macdonald	0,00%	-	-	10.954
Purpries Participações LTDA	80,70%	3.332.993.189	74.246	25.722
Raquel Purnhagen Macdonald	0,00%	-	-	653
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.130.000.000</b>	<b>92.000</b>	<b>92.000</b>

### b) Reservas de Lucros

i. **Reserva Legal:** Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da Reserva Legal foi de R\$ 6.779 (R\$ 3.842 em 31 de dezembro de 2024).

ii. **Reserva de Retenção de Lucros:** A reserva de retenção de lucros registra a parcela remanescente do lucro líquido não distribuído após a constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios, relativo a exercícios anteriores e ao próprio exercício de 2025, cuja destinação estabelecida pelas acionistas será a futura distribuição extraordinária de dividendos, assim que a situação financeira da Companhia permitir.

### c) Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.788</b>	<b>8.738</b>
Ganhos e Perdas sobre aplicações financeiras variáveis	824	(859)
Ganhos e Perdas em Instrumentos Financeiros (Hedge)	-	(127)
IRPJ/CSLL diferidos	(280)	268
Realização/Baixa Custo Atribuído	(77)	(352)
IRPJ/CSLL diferidos custo atribuído	26	120
<b>Saldo final</b>	<b>8.281</b>	<b>7.788</b>

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de Produtos Mercado Externo	12.995	18.646
Venda de Produtos Mercado Interno	334.678	263.313
Receita de Serviços Mercado Externo	3.057	2.544
Receita de Serviços Mercado Interno	16.842	11.250
Venda de Mercadorias	7	-
<b>Total receita bruta</b>	<b>367.579</b>	<b>295.753</b>
Devolução Mercado Interno	(45.127)	(9.607)
COFINS	(21.535)	(18.379)
ICMS	(23.004)	(23.030)
ISS	(636)	(208)
PIS	(4.675)	(3.990)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(94.977)</b>	<b>(55.214)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>272.602</b>	<b>240.539</b>

## 21. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custo dos produtos vendidos</b>		
Custo de materiais diretos	94.539	77.275
Gastos com pessoal	27.612	24.736
Manutenção de máquinas, equipamentos e edificações	2.728	2.586

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	3.867	9.310
Serviços de Terceiros	51.509	31.874
Fretes	1.038	2.934
Viagens, estadias e locomoção	1.782	864
Outros custos diversos	2.113	2.173
<b>Total do Custo dos produtos vendidos</b>	<b>185.188</b>	<b>151.752</b>

<b>Despesas com vendas</b>		
Gastos com pessoal	1.189	2.066
Manutenção	65	62
Serviços de Terceiros	3.751	2.017
Comissões sobre vendas	1.820	1.333
Viagens e estadias	761	983
Feiras e exposições	386	605
Propaganda e publicidade	544	451
Depreciação e amortização	16	15
Despesas Gerais	469	382
<b>Total de Despesas com vendas</b>	<b>9.001</b>	<b>7.914</b>

<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Gastos com pessoal	4.239	3.418
Manutenção	1.768	1.485
Depreciação e amortização	745	2.287
Serviços de Terceiros	5.418	4.421
Despesas Gerais	5.166	2.099
Impostos e Taxas	1.812	2.561
<b>Total de Despesas gerais e administrativas</b>	<b>19.148</b>	<b>16.271</b>

<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Despesas Recuperadas	3.423	1.528
Dividendos Recebidos	15	21
Outras receitas operacionais	2.227	549
Venda de Sucatas	1.199	1.079
Alienação do Ativo Imobilizado	3.355	(97)
PIS/COFINS sobre outras receitas	(367)	(163)
<b>Total de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>9.852</b>	<b>2.917</b>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de Aplicações Financeiras	14.321	12.198
Variáveis Cambiais Ativas	1.539	2.466
Variáveis Monetárias Ativas	202	407
Juros Ativos	207	405
Outras receitas financeiras	691	40
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(609)	(607)
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>16.351</b>	<b>14.909</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.897)	(3.006)
Perdas sobre Aplicações Financeiras	(690)	(99)
Variáveis Cambiais Passivas	(677)	(1.153)
Outras despesas financeiras	(1.012)	(730)
<b>Totas das Despesas</b>		